

Brasil

Geração Hidrelétricas incluídas no plano decenal de energia enfrentam dificuldades de licenciamento

Projetos de grandes usinas já acumulam até 6 anos de atraso

André Borges

De Brasília

O avanço das usinas eólicas nos leilões do setor elétrico tem ajudado o governo a minimizar os efeitos da frustração de cronograma de grandes projetos hidrelétricos. A construção de usinas movidas à força d'água — a maioria delas desenhada para a região Norte — já enfrenta atrasos que chegam a seis anos. A extensão dessa dificuldade pode ser medida a partir dos dados incluídos no Plano Decenal de Energia (PDE), relatório da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) que está em fase de consulta pública.

O documento traz uma lista de 20 hidrelétricas com previsão de entrada em operação entre 2018 e 2022. Quatro dessas usinas enfrentam complicações de todo o tipo para sair do papel e não são empreendimentos de pequeno porte. Juntas, as hidrelétricas de São Luiz do Tapajós (6.133 megawatts), Marabá (2.160 MW), Itaipiranga (725 MW) e São Manoel (700 MW) respondem pela metade de toda a energia que o governo pretende extrair de usinas hidrelétricas nos próximos dez anos, um total de 19.917 megawatts. Pelo histórico acumulado até agora, será difícil cumprir o novo cronograma.

No Pará, a usina de São Luiz do Tapajós, que hoje é o maior projeto hidrelétrico do país, tinha o início de suas operações programado para janeiro de 2016. Agora, o plano é ligar sua primeira turbina em janeiro de 2019. Daqui a dois anos também deveria entrar em

operação a hidrelétrica de Marabá, no rio Tocantins. O governo, no entanto, trabalha com a expectativa de acionar Marabá somente em fevereiro de 2022, uma dilatação de mais de seis anos sobre o cronograma original. Atraso crônico também toma conta de Itaipiranga, usina projetada para ser erguida no rio Uruguai, entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A promessa de gerar energia a partir do ano que vem foi substituída por agosto de 2021.

Se o governo conseguir leiloar a usina de São Manoel em dezembro, como pretende fazer, terá chance de tirar da gaveta um empreendimento que já acumula mais de três anos de atraso desde que foi incluído no plano decenal de energia.

O presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, atribui parte dos problemas à dificuldade de licenciamento ambiental dos empreendimentos, seja por conta da proximidade com terras indígenas ou pela interferência em unidades de conservação ambiental.

Outros fatores, porém, ajudam a explicar a situação, segundo o presidente da EPE. “É preciso levar em

conta a situação do mercado, que muitas vezes não se interessa em investir em determinado projeto, por conta da falta de demanda por mais energia”, diz o presidente da EPE. “Como não vivemos um cenário de desabastecimento de energia, pode ocorrer de não haver uma forte demanda por determinados projetos”, diz Tolmasquim.

O baixo crescimento econômico do país também alivia a tensão. O plano decenal de energia leva em conta um crescimento anual de 4% a 5% do PIB, bem acima da realidade. “A demanda não está deixando de ser atendida por conta da falta dessas usinas”, comenta.

No dia 13 de dezembro, o governo faz um novo leilão A-5, para contratar usinas que entrarão em operação daqui a cinco anos. Na etapa de cadastramento do leilão, um total de 11 hidrelétricas foram listadas. Na realidade, apenas duas deles devem participar da disputa. A usina de Itaocara (145 MW), prevista para ser construída entre Rio de Janeiro e Minas Gerais, já conta com licença ambiental de instalação. A segunda aposta é São Manoel, que acabou de passar pela etapa de audiência pública e agora aguarda a emissão da li-



Tolmasquim, da EPE: "Demanda não está deixando de ser atendida"

cença prévia do Ibama, para que possa ser oferecida ao mercado.

Segundo o **Valor** apurou, são boas as chances de São Manoel conseguir a licença prévia a tempo de participar do leilão deste fim de ano. “Estamos contando com São Manoel. As hidrelétricas são nossa prioridade, por ser uma fonte renovável, de baixo custo e praticamente sem emissão. Por isso, damos preferência a ela”, diz Tolmasquim. “Os cronogramas dessas usinas, no entanto, tem um caráter mais indicativo do que seria o ideal e prioritário, mas se uma usina não sai, podemos buscar outras fontes.”

Até 2022, a participação das hi-

Governo vai reduzir mais unidades de conservação

De Brasília

As dificuldades de obter licenciamento para instalação de hidrelétricas na Amazônia mexeram com a lista de projetos prioritários do governo. O rio Jamanxim, um importante afluente do rio Tapajós que corta o Pará, tinha previsão de receber pelo menos três grandes hidrelétricas, as quais somariam 2.211 megawatts (MW) de energia. Todas foram retiradas no planejamento deste ano, por conta da proximidade com terras indígenas e por estarem previstas para uma área de alta conservação ambiental. No lugar do Jamanxim, porém, entrou o rio Juruena, na divisa do Mato Grosso e Amazonas.

Duas megasinas estão planejadas para o Juruena: Salto Augusto Baixo, com capacidade de 1.461 MW; e São Simão Alto, com 3.509 MW. As duas hidrelétricas entrariam em operação em 2022.

O rio Juruena, segundo Maurício Tolmasquim, presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), teria menor complexidade ambiental. O traçado do rio, no entanto, corta o Parque Nacional do Juruena, uma unidade de conservação de proteção integral, criada pelo governo em 2006.

Tolmasquim admite que, como a lei proíbe a construção de usinas onde barragens inundem florestas protegidas, o governo terá de lançar mão do mesmo artifício que usou para liberar a construção de hidrelétricas no rio Tapajós: reduzir o tamanho das unidades de conservação. “No Juruena existem unidades de conservação que precisam ser desafetadas”, diz o presidente da EPE.

No Tapajós, a redução das florestas foi realizada no ano passado, por meio de decreto presidencial, medida que causou reação de organizações ambientais e até mesmo de membros do Instituto Chico Mendes, responsável pela fiscalização das unidades protegidas. **(AB)**

Atividade Econômica

Indicadores agregados

	out/13	set/13	ago/13	jul/13	jun/13	mai/13	abr/13	mar/13	fev/13	jan/13
Indústria										
Produção física industrial (IBGE - %)*										
Total	-	0,7	0,0	-2,4	2,2	-2,0	1,8	0,9	-2,4	2,8
Indústria de transformação	-	0,5	0,2	-2,8	2,4	-2,4	1,9	1,0	-2,5	3,2
Bens de capital	-	4,0	2,4	-4,5	6,7	-3,4	3,2	1,0	1,5	9,5
Bens intermediários	-	0,0	0,6	-0,7	0,0	-1,0	0,3	0,8	-1,0	0,9
Bens de consumo	-	-0,2	-0,5	-3,0	3,8	-1,5	1,7	1,1	-4,1	1,6
Faturamento real dessazonalizado (CNI - %)	-	-	3,4	-1,3	0,7	-2,0	3,1	4,4	-3,0	-3,2
Indicador do nível de atividade - INA (FIESP - %)*	-	1,3	0,4	-2,6	1,9	-2,3	0,5	1,0	-0,1	1,9
Vendas reais (FIRJAN - %)**	-	-	9,0	8,1	1,9	2,0	18,8	-1,4	-2,4	6,0
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %)*(2)	-	-	1,2	2,1	0,8	0,8	0,9	0,8	0,6	1,3
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %)*(2)	-	-	0,9	2,1	0,4	0,3	0,6	0,1	-0,3	0,3
Consultas ao usecheque (ACSP - %)(1)**	-	1,1	1,7	1,0	-4,1	0,0	3,3	-1,4	-0,1	3,0
Consultas ao sistema de proteção ao crédito (ACSP - %)**	-	2,0	3,3	1,4	-2,8	1,3	9,1	-4,9	-2,6	3,0
Mercado de trabalho										
Taxa média de desocupação (IBGE - em %)	-	5,4	5,3	5,6	6,0	5,8	5,8	5,7	5,6	5,4
Taxa de desemprego total (DIEESE - % da PEA)***	-	10,00	10,40	11,00	11,30	11,40	11,40	10,90	10,30	10,00
Nível de emprego na indústria (FIESP - %)	-	0,03	-0,56	-0,20	-0,19	0,15	1,02	0,52	0,36	0,42
Nível de emprego em São Paulo (SEADE/DIEESE - %)	-	0,2	-0,1	0,4	0,1	0,4	0,1	-0,3	-0,7	-0,4
Balança comercial (US\$ milhões)****										
Exportações	240.692	239.633	238.635	239.592	239.788	238.007	239.400	238.335	239.926	242.405
Importações	240.471	237.536	236.132	235.090	230.522	230.246	229.438	226.504	226.233	225.730
Saldo	221	2.097	2.503	4.502	9.266	7.761	9.962	11.831	13.693	16.675

Fonte: IBGE, CNI, FIESP, FIRJAN, ACSP, DIEESE/SEADE, SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data. (1) Na capital SP. (2) Nova série com índice base 2011=100. * Metodologia com ajuste sazonal. ** Variação em 12 meses. *** Em São Paulo. **** Acumulada em 12 meses.

Produção e investimento

Variação no período

Indicadores	2013 (1)	2012	2011	2010	2009	2008
PIB (R\$ bilhões)*	4.580,0	4.402,5	4.143,0	3.770,1	3.239,4	3.032,2
PIB (US\$ bilhões)**	-	2.252,6	2.475,1	2.143,9	1.625,6	1.650,9
Taxa de Variação Real (%)	1,9	0,9	2,7	7,5	-0,3	5,2
Agropecuária	7,4	-2,3	3,9	6,3	-3,1	6,3
Indústria	0,1	-0,8	1,6	10,4	-5,6	4,1
Serviços	1,9	1,7	2,7	5,5	2,1	4,9
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	0,2	-4,0	4,7	21,3	-6,7	13,6
Investimento (% do PIB)	18,3	18,1	19,3	19,5	18,1	19,1

Fonte: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Preços de mercado. **Banco Central. Obs.: dados do IBGE apresentados segundo a nova metodologia de cálculo. (1) 2º trim de 2013, acum. nos últimos 12 meses.

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Salário de contribuição em R\$	Alíquotas em %				
contribuições em R\$	INSS (1)	IRPF (2)			
Até 1.247,70	8,00	8,00			
De 1.247,71 a 2.079,50	9,00	9,00			
De 2.079,51 a 4.159,00	11,00	11,00			
Empregador doméstico	12,00	-			

Fonte: Ministério da Previdência Social. Elaboração: Valor Data. *Competência outubro/13. **Inclusive empregados domésticos. (1) Para fins de recolhimento ao INSS. (2) Para determinar a base de cálculo do IRPF.

Principais receitas tributárias

Valores em R\$ bilhões

Valores acumulados	out/12 - set/13		jan - dez/12		jan - dez/11	
	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*
Receita Federal						
Imposto de renda total	278,0	5,86	264,1	5,74	249,8	19,99
- Imposto de renda pessoa jurídica	116,4	7,87	108,8	4,60	104,1	16,78
- Imposto de renda retido na fonte	135,6	3,95	131,0	5,82	123,8	21,55
- Imposto sobre produtos industrializados	45,8	-2,93	45,9	-2,11	46,9	17,32
- Imposto sobre operações financeiras	29,3	-7,73	30,8	-3,25	31,8	19,57
- Imposto de importação	35,5	16,98	31,1	16,37	26,7	26,59
CPMF (1)	-	-	0,1	-61,96	0,1	21,93
Contribuição para Finsocial (Cofins)	187,3	11,14	174,5	10,37	158,1	13,16
CSLL	60,9	8,16	57,5	-1,05	58,1	26,56
PI/S/Pasep	49,3	10,07	46,2	10,45	41,8	3,20
Outras receitas	397,8	6,22	379,0	6,34	356,4	17,12
Total (SRF e Previdência)	1.083,9	6,67	1.029,3	6,12	969,9	17,35
ICMS - Brasil ** (set/12 - ago/13)	347,5	-5,37	375,9	24,86	301,1	16,77
- ICMS - São Paulo	118,3	10,92	109,1	6,82	102,1	10,64
- ICMS - Rio de Janeiro	29,8	21,55	25,5	1,24	25,2	9,36
- ICMS - Minas Gerais	34,2	9,54	32,1	9,86	29,2	7,47
INSS (set/12 - ago/13)	294,4	10,57	275,8	12,15	245,9	15,77
Total das principais receitas	-	-	1.680,9	10,82	1.516,9	16,97

Fonte: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data. * Sobre o mesmo período do ano anterior. ** Provisório. (1) A partir de abril/12 passa a ser incluída em outras receitas.

Inflação

Variação no período (em %)

	Acumulado em				Número índice			
	out/13	set/13	2013*	2012 12 meses*	out/13	set/13	dez/12	
IBGE								
IPCA	-	0,35	3,79	5,84	5,86	-	3.738,9900	3.602,4600
INPC	-	0,27	3,61	6,20	5,69	-	3.849,3100	3.715,0700
IPCA-E	-	0,27	3,97	5,78	5,93	-	3.664,8700	3.525,0900
FGV								
IGP-DI	-	1,36	3,86	8,10	4,47	-	522,6900	503,2830
Núcleo do IPC-DI	-	0,45	3,83	4,81	5,27	-	-	-
IPA-DI	-	1,90	3,39	9,13	3,62	-	571,6090	552,8610
IPA-Agro	-	2,04	-2,74	19,20	-2,35	-	752,9920	774,1860
IPA-Ind.	-	1,85	5,91	5,54	6,06	-	493,2610	465,7540
IPC-DI	-	0,30	3,63	5,74	5,29	-	412,1610	397,7310
INCC-DI	-	0,43	7,33	7,12	8,09	-	560,7670	522,4740
IPA-OG **	-	-	-	-	-	-	-	-
IGP-M	0,86	1,50	4,58	7,82	5,27	533,6210	529,0850	510,2520
IPA-M	1,09	2,11	4,29	8,63	4,85	590,3090	583,9260	566,0180
IPC-M	0,43	0,27	4,10	5,79	5,22	410,4390	408,6960	394,2630
INCC-M	0,33	0,43	7,53	7,23	8,08	563,0340	561,2030	523,6240
IGP-10	1,11	1,05	4,47	7,42	4,84	541,7700	535,8430	518,5730
IPA-10	1,48	1,46	4,16	8,06	4,25	604,1930	595,4070	580,0540
IPC-10	0,33	0,22	4,13	5,73	5,19	411,7410	410,3770	395,4020
INCC-10	0,44	0,34	7,34	7,05	7,95	557,3140	554,8540	519,2040
IPC-RJ	-	-	-	-	-	-	-	-
FIPE								
IPC	-	0,25	2,24	5,10	4,57	-	378,3537	370,0506
DIEESE								
ICV	-	0,24	4,44	6,41	6,34	-	294,7858	282,2992

Obs.: IGP-M 2º prévia de out/13 = 0,91% e IPC-FIPE 3º quadrissemana de out/13 = 0,39%
Fonte : FGV, IBGE, FIPE e DIEESE. Elaboração: Valor Data. * Acumulado até o último mês indicado. ** Série descontinuada.

Imposto de Renda Pessoa Física

Pagamento das quotas - 2013

Quota	Vencimento	No prazo legal		
		Valor da Cota (Campo 7 do DARF)	Valor dos Juros (Campo 9 do DARF)	Valor Total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	30/04/13			Campo 7
2ª	31/05/13		1,00%	
3ª	28/06/13		1,60%	+
4ª	31/07/13	Valor da declaração	2,21%	Campo 8
5ª	30/08/13		2,93%	
6ª	30/09/13		3,64%	+
7ª	31/10/13		4,35%	Campo 9
8ª	29/11/13		5,16%	

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20% Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de maio/13 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil e Valor Data.

Mais informações: www.valor.com.br, www.ibge.gov.br e www.fipe.com

Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R\$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	set/13		dez/12		dez/11	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	1.635,6	34,97	1.550,1	35,21	1.508,5	36,49
(-) Ajuste patrimonial	106,5	2,28	106,2	2,41	112,0	2,71
(-) Ajuste metodológico s/ dívida externa	-76,4	-1,63	-33,3	-0,76	25,1	0,61
Dívida fiscal líquida</						